

VI Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Valdivia, 2007.

## **Estrategias de Territorialización Guaraní-Kaiowá y Mapuche en el contexto de la Formación de los Estados- Nacionales Brasileiro y Chileno: Antecedentes Descriptivos para una Investigación Comparativa.**

Raúl Ortiz Contreras.

Cita:

Raúl Ortiz Contreras (2007). *Estrategias de Territorialización Guaraní-Kaiowá y Mapuche en el contexto de la Formación de los Estados-Nacionales Brasileiro y Chileno: Antecedentes Descriptivos para una Investigación Comparativa*. VI Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, Valdivia.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/vi.congreso.chileno.de.antropologia/148>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eCzH/UQB>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

*representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado em História Social, São Paulo, USP.  
LENHARO, Alcir. 1986. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30*. 2ª Ed. Campinas: Papirus/Ed. Unicamp.  
LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1995. *Um Grande Cerco de Paz, Poder de Tutela, Indianidade e formação do estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

MATTOS, Izabel Missagia. 2003. *Civilização e Revolta – Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas*. EDUSC.  
OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. *Redimensionando a Questão Indígena no Brasil: Uma Etnografia das Terras Indígenas*. Oliveira, J. P. (Org.). In: *Indigenismo eterritorialização poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Contra Capa.

# ***Estrategias de Territorialización Guaraní-Kaiowá y Mapuche en el contexto de la Formación de los Estados-Nacionales Brasileiro y Chileno: Antecedentes Descriptivos para una Investigación Comparativa<sup>1</sup>***

***Territorialization Strategies of the Guaraní-Kaiowá and the Mapuche in the Context of Brazilian and Chilean Nation-Building: Frames of Reference to a Comparative Approach***

**Raúl Ortiz Contreras\***

## ***Resumen***

El objetivo de este *paper* es ofrecer una descripción histórica consistente y original sobre las estrategias de espacialización y demarcación de territorios proyectada en la interacción de poblaciones Guaraní-Kaiowá en el contexto formativo del Estado-nacional brasileiro y de los Mapuche en el proceso de formación del Estado-nacional chileno. Nuestra hipótesis es que estos procesos no establecieron una modalidad unilateral, estática y cabalmente impositiva de delimitación espacial, siendo la propia manifestación de una identidad territorial histórica mapuche o guaraní consecuencia de sus intensas relaciones interétnicas. Esperamos que la descripción histórica de ambos procesos nos permita, en el progreso de la investigación, llegar a conclusiones e interpelaciones comparativas.

**Palabras Claves:** Procesos de Territorialización, Mapuche, Guaraní-Kaiowá.

## ***Abstract***

The aim of this paper is to offer a consistent and original historical description of the spatialization and the land demarcation processes projecting it onto the interaction of Guaraní-Kaiowá populations in the context of the making of the Brazilian nation-state and onto that of the Mapuche in the making of the Chilean nation-state. Our hypothesis is that these processes did not establish a unilateral, static nor exactly imposing mode of spatial delimitation. The very manifestation of a historical territorial identity being a consequence of their intense interethnic relations. We hope that the historical description of both these processes will allow us, in the course of the research, to get to comparative conclusions and questionings.

**Keywords:** Territorialization Processes, Mapuche, Guaraní-Kaiowá.

---

\* Antropólogo UACH, Chile – Estudiante de Mestrado PPGAS UNICAMP, Brasil. vrortiz@unicamp.br

## 1. Apresentação

Para ninguém familiarizado com a literatura etnológica sul-americana é um mistério que tanto os Guarani quanto os Mapuche representam duas situações excepcionais, pelo menos na cena regional não-andina, em termos da riquíssima produção bibliográfica e documental referida a eles<sup>2</sup>. Aliás, seria uma tarefa inacabável pretender abranger o universo de informações existentes sobre esses grupos, sendo elas das mais variadas índoles e naturezas. Este texto representa, nesse sentido, uma primeira tentativa de organização de parte do volumoso material relativo às estratégias de espacialização e demarcação de territórios projetada na interação destas populações indígenas no contexto formativo dos respectivos Estados-nacionais brasileiro e chileno; em ambos os casos, no período que abrange desde finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Deparamos-nos frente uma antropologia da formação do Estado em relação às populações que «submete» (neste caso populações indígenas) e que precisa considerar as formações contraditórias e complementares que aí atuam. Como aponta Alonso (1994), nem a formação do Estado, nem a oposição entre culturas podem ser entendidas fora do contexto da mutualidade formativa; em outras palavras: historicamente.

Estes processos de territorialização, entendidos basicamente como uma intervenção da esfera política hegemônica que prescreve um território bem determinado sobre um conjunto de indivíduos e grupos sociais (Oliveira, 1998), são, ao mesmo tempo, processos de temporalização. Devemos examinar, neste caso, como as representações nacionalistas do passado, produzidas pelos agentes da nação, em controle do sistema estatal, apropriam-se das histórias locais, regionais e da memória dos grupos subordinados e transformaram-nas, através de estratégias de naturalização, idealização e particularização (Alonso, *op.cit.*: 389).

Nossa hipótese é que esses processos não definem uma modalidade unilateral, estática e cabalmente impositiva de delimitação espacial. Pensamos, pelo contrário, que os territórios são, do mesmo modo, objetivamente organizados e culturalmente inventados e que a própria manifestação de uma identidade territorial histórica mapuche ou kaiowá se deve a sus intensas relaciones interétnicas. Assim sendo, dentre os fatores mais reveladores emanados dos processos aqui citados, ressaltam o estabelecimento de papéis formais

permanentes de mediação das populações indígenas com o Estado e a re-elaboração mutua da memória e o passado.

Para atingir nosso objetivo é preciso advertir a reserva em trabalhar, pelo menos nesta etapa descritiva da pesquisa, com cosmologias «nativas» sobre o uso e a concepção do espaço, ou territorialidade (considerando também como «nativa» a própria cosmologia estatal). Acreditamos que isso desviaria demais nosso foco analítico. Apenas nos restringiremos à descrição desses dois processos de territorialização, organizando as informações de modo que, na pergunta que nos envolve, possamos, em um futuro próximo, esboçar comparações entre eles.

## 2. Processo de territorialização guarani-kaiowá no contexto da formação do Estado-nacional brasileiro

Um incômodo desencontro caracteriza os estudos etnológicos e históricos sobre os Kaiowá<sup>3</sup> no Brasil. Quando confrontadas as principais fontes etnográficas produzidas após a primeira metade do século XX, período no qual pesquisas importantes sobre os Guarani começam a ser realizadas, os Kaiowá são percebidos como um subgrupo étnico localizado na fronteira meridional do Brasil, especificamente no atual Estado de Mato Grosso do Sul, próximo da divisa com o Paraguai, que, junto com os Guarani-Ñandeva e Guarani-Mbyá, completam o universo do sistema cultural e lingüístico denominado genericamente «Guarani» (Schaden, 1974 [1954]; Thomaz de Almeida, 2001; Mura, 2006, 2004; M.E. Monteiro, 2003 e Brandão, 1990)<sup>4</sup>. Segundo esse preceito, os Kaiowá não poderiam ser entendidos como um grupo indígena propriamente dito, uma vez que o próprio etnônimo seria o produto direto de um tipo de dominação colonial que não conseguia enxergar as particularidades culturais de cada parcialidade étnica (M.E. Monteiro, 2003: 18). Segundo Thomaz de Almeida (2001) a própria etimologia da palavra «kaiowá» poderia fornecer elementos analíticos interessantes para entender esse ponto. A tradução usual dada por esse e outros autores é de «habitantes da selva» ou «habitantes do mato». Em alguma literatura etnográfica de fala espanhola são distinguidos como «Monteses», o que reflete um conteúdo etimológico equivalente. Assim sendo, Meliá *et alli* (1976) apontam o fato de que a «procura das matas» não seria apenas uma

denominação pejorativa, mas refletiria o próprio princípio ou «modo de ser» guarani, caracterizado pela constante tentativa de evitar, na medida do possível, o contato com o «civilizado», quer na figura dos jesuítas nas reduções, quer na presença dos primeiros colonizadores. Os Kaiowá seriam, assim, todos aqueles índios que politicamente não foram reduzidos e que ficaram marginalizados do poder colonial. Isto fica mais patente quando constatamos que a maioria dos especialistas que estudam os Kaiowá na atualidade coincidem ao apontar uma carência de informação documental referente aos períodos anteriores ao século XVIII, colocando em destaque o fato de que, a partir do momento em que os poderes coloniais (bandeirantes e jesuítas principalmente) cessaram de atuar, os indígenas dessa região teriam sido marginalizados da história, deixando um buraco de mais de duzentos anos de invisibilização, tanto da parte das Coronas espanholas e portuguesas quanto, a seguir, dos estados brasileiro e paraguaio (ver Mura, 2006: 66).

Eis aqui onde o desencontro apontado acima se manifesta. Por um lado, a historiografia clássica «reprodujo durante años la imagen de un Guaraní servicial y servil, de un aliado que en realidad es un dominado» (Meliá, 1981: 30), ao mesmo tempo, que não soube reconhecer as minúcias da complexa adequação das sociedades guarani ao contexto colonial, primeiro, e republicano, depois, negligenciando, assim, a compreensão das diversas estratégias de estabelecimento de relações interétnicas (que implicavam situações emergentes de fronteiras e complexos processos de territorialização e etnogênese). Por outro lado, a etnologia contemporânea sobre os Kaiowá nutriu-se de uma etnografia descolada de processos históricos mais profundos, esboçando uma idéia de isolamento cultural que só viria a ser interrompido, segundo esses trabalhos, na atuação das frentes de expansão colonial agro-pastoril, logo após a Guerra da Tríplice Aliança, nas últimas décadas do século XIX<sup>5</sup>. Em outras palavras, a falta ou escassez de documentação para os períodos anteriores ao século XIX coloca uma situação fictícia de isolamento e imobilidade cultural que caracteriza as análises da maioria dos antropólogos especialistas na área, mesmo os que apreçoam uma perspectiva fundada na análise histórica dos processos humanos.

Parece-me ainda que podemos abalzar, como John Monteiro já fez há quinze anos, que «a distância entre os Guarani «históricos» e os «etnográficos» é grande ao ponto de desautorizar a projeção de atributos destes

naqueles» (2006 [1992]: 476). O que quero ressaltar com isso é que mesmo nos focando primeiramente no processo de territorialização decorrente do avanço das frentes de expansão colonial agro-pastoril, e, em seguida, na «demarcação» dos territórios kaiowá por parte do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), devemos balizar coerentemente a dimensão histórica desses processos, não desapreciando, por exemplo, a compreensão de processos formativos anteriores.

As primeiras informações consistentes sobre os Kaiowá aparecem em relatórios administrativos da Província de Mato Grosso e em registros de viajantes nas primeiras décadas do século XIX. Essas informações são valiosas porque esboçam algumas características importantes sobre os modos de vida dessas populações indígenas no período anterior à ocupação mais sistemática por parte de colonos brasileiros. Nas imediações dos rios Iguatemi, Ivinheyma e Iguari eram identificados os principais núcleos de habitação Kaiowá, constando que eram uma «nação» «bastante numeroza de índole pacífica, dada a vida sedentária e agrícola, dotada de constância, qualidade raríssima entre os Indígenas» (Relatório do Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, 1848; em M. E. Monteiro, 2003: 24-25). Ainda assim, desconhecia-se totalmente o número de pessoas que representavam esses índios<sup>6</sup>. Outros relatos eram bem mais precisos em descrever a disposição espacial das aldeias e os costumes cotidianos desses índios:

«(...) Chegamos enfim ao aldêamento, impropriamente assim chamado, porque as casas acham-se disseminadas e como por bairros. Entramos em um rancho coberto de folhas de caeté, sendo outros cobertos de folhas de jerivá. A aldêa é collocada entre as suas roças ou lavouras, que abundam especialmente em milho, mandioca, abobora, batatas, amendoins, jucutupé, carás, tingas, fum, algodão, o que é tudo plantado em ordem; e toda época é própria fora a sementeria (...) (Lopes, 1850: 320-321: 24; em M.E. Monteiro, *op.cit.*: 24)

Ainda o incipiente conhecimento desses índios, na época já se podiam notar os traços distintivos da política que a Província de Mato Grosso viria a institucionalizar décadas mais tarde. Na documentação da Província se registram alguns procedimentos oficiais que visavam demarcar territórios destinados a reservar os índios, procurando aglutiná-los próximos aos principais povoados e, por certo, liberar áreas para a incipiente colonização. Em 1855, por exemplo, o governo do

Paraná tentou estabelecer, contíguo às ruínas da antiga redução jesuítica de Loreto de Pirapó, um aldeamento de índios Kaiowá, em atenção às condições de salubridade (Watson, 1944). Por volta dessa época, os Kaiowá eram estimados em cerca de 40.000 pessoas (M.E. Monteiro, *op.cit.*) e eram vistos pela administração como um problema embrionário caso continuassem a viver «espalhados» pela Província, habitando territórios que poderiam ser potencialmente dispostos para colonização.

Essas primeiras tentativas pouco bem-sucedidas de territorialização indígena foram abruptamente interrompidas poucos anos mais tarde, entre 1864 e 1870, em vista da deflagração da guerra entre o Brasil e Paraguai<sup>7</sup>, o que trouxe conseqüências consideráveis para as populações indígenas localizadas na região. Surpreendentemente, apesar da magnitude desse acontecimento histórico, nem a literatura especializada, nem a documentação analisada até o momento trazem indícios relevantes sobre qualquer tipo de participação dos Kaiowá no conflito. Com efeito, a Guerra é constantemente mencionada mais como um marco contextual externo à configuração de novas territorialidades e menos como um marco constitutivo da memória territorial dos atores envolvidos. Aliás, existe um certo consenso entre os pesquisadores quando argumentam que a participação desses índios na Guerra foi apenas tangencial. Segundo Brand *et alli* (2007), o conflito bélico não teria afetado da mesma forma os Kaiowá em comparação, por exemplo, aos Terena, mas teria, sim, vindo alterar o isolamento territorial que, segundo os autores, caracterizava uma parte significativa dos *tekoha* kaiowá localizados principalmente na região de Grande Dourados.

Na verdade, em relação à Guerra, carecemos de argumentos informados pela documentação que nos permita ir um pouco mais além na reconstrução desse evento particular e suas conseqüências nas populações kaiowá. Não obstante, o que nos interessa não é ressaltar tal ou qual repercussão conjuntural do conflito bélico entre os Kaiowá (embora seja claro que a participação mais ou menos direta desses índios na Guerra exige ainda maior pesquisa). O importante a ser destacado pode resumir-se em dois pontos ou inferências: o primeiro diz respeito ao papel desempenhado pela guerra na fixação de uma memória histórica da ocupação militar da fronteira meridional e sobre a incipiente idéia de «brasilidade» na fronteira, talvez inédita para os Kaiowá. A presença de um exército numeroso, por exemplo, deve ter sido uma das

primeiras representações concretas de um «outro», chamado «brasileiro», diferente desse «outro» colonial, com características e capacidade de mobilizar um sistema militar complexo e hierarquizado para defender um objetivo específico apelando para uma identidade nacional. Por estarem localizados bem no espaço de litígio fronteiriço disputado entre o Brasil e o Paraguai (espaço de trânsito livre para os grupos Kaiowá e Nandeva antes do conflito), foram fazendo-se mais visíveis expressões relacionadas com as soberanias nacionais em disputa, o que certamente delimitou, ou começou a delimitar, novas espacialidades fronteiriças. O segundo ponto diz respeito às conseqüências imediatas resultantes da culminação do conflito bélico. «A guerra com o Paraguai mostrou às autoridades governamentais a necessidade e a urgência em radicar o elemento branco nas regiões próximas à fronteira e estabelecer postos militares para deter a infiltração de estrangeiros» (M. E. Monteiro, *op.cit.*: 29). A formação de localidades ou povoados foi uma das estratégias mais importante para fomentar o processo de soberania nacional. Surgiram, assim, as localidades de Albuquerque, Coimbra, Miranda e colônias militares como Dourados, Forte Príncipe da Beira; ao mesmo tempo, a necessidade de ativar uma economia extensiva na região propiciou o aparecimento de cidades tais como Entre Rios, Aquidauana, Campo Grande, Maracajú, Coxim» (*ibid.*) A relevância da prática de fundação de pequenos núcleos urbanos e militares terá conseqüências diretas sobre os processos de aldeamento que viriam a efetivar-se décadas mais tarde.

Ao mesmo tempo em que ocorria a ocupação da nova fronteira, consolidava-se uma ocupação econômica da região, a qual poderíamos caracterizar como a primeira grande fase da territorialização kaiowá. A marcha empreendida pelos novos colonizadores para a nova fronteira jurídica e militar do sudoeste prendia-se à idéia de «terra livre», selvagem, já que possuídas pelos índios (Leite Linhares, *Prefácio*, em Conceição e Bianchini, 2000: 13). Os Kaiowá, no período anterior da ocupação agropastoril, seguindo as análises de Pereira (2007), [...] ocupavam uma faixa de terras de mais de 100 quilômetros de cada lado da fronteira do Brasil com o Paraguai, tendo como divisa o rio Apa ao norte e o rio Paraná ao sul. Era nessa vasta região, que do lado brasileiro correspondia a grande parte da serra de Maracaju, que a população kaiowá radicava suas parentelas, cujas aglomerações formavam as aldeias, por eles de-

nominadas de *tekoha*. O *tekoha* tinha tamanho variável, dependendo do número de parentelas que reunia, pois cada parentela dispunha de uma porção de terra de uso exclusivo para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e rituais. Era comum que os *Tekoha* também estivessem inseridos em redes de alianças mais amplas, de caráter político e, principalmente, religioso. (pág. 3)

Essa distribuição espacial seria enormemente afetada pela instauração da principal atividade econômica extensiva nos primórdios da ocupação agropastoril, que foi a exploração da erva mate nativa, localizada em uma extensa região do Estado. Tratava-se, mais especificamente, da concessão outorgada pela administração do Estado de Mato Grosso à pessoa de Tomás Laranjeira, que autorizava a extração de todos os ervais do Estado, compreendidos entre o Ivinhema, o Paraná, a linha de fronteira paraguaia e o alto de Maracaju, garantindo, assim, direitos exclusivos sobre esses enormes espaços territoriais nos primeiros anos da década de 1890, a partir da Resolução Legislativa nº 76, (Corrêa Filho, 1969; Conceição e Bianchi, 2000; Brand, 1997; Arruda 1997). Seria fundada, assim, a Companhia Mate Laranjeira (CML). O início de atividades extrativistas de erva mate mobilizou grandes quantidades de índios no trabalho nos ervais (Brand, 1997) e exerceu pressão sistemática sobre as terras efetivamente ocupadas pelas populações indígenas.

É interessante destacar o grande impacto da CML no contexto político regional. Tal era a proximidade da CML aos poderes do Estado que é difícil discernir onde começavam os interesses de um ou de outro. O esquema era montado através de arrendamentos de terrenos devolutos do Estado de Mato Grosso à CML, os quais eram renovados a partir de negociações políticas estreitas e que chegariam a definir um território de 5.000.000 hectares efetivamente explorados no final do século XIX (Arruda, 1997). No momento em que os territórios eram arrendados, a autonomia sobre eles era de absoluta responsabilidade dos administradores da Companhia, que estabeleciam os regimes de trabalho e as formas de exploração dos ervais. Neste caso, como assinala Arruda, essa autonomia administrativa chegava a tal ponto que a Companhia funcionava como um Estado dentro de outro Estado (*op.cit*). De tal modo, uma dimensão pouco explorada, e muito obscura na documentação, é a participação real que os Kaiowá tiveram nesse sistema de extração. A documentação é

dúbia em dois sentidos. Em primeiro lugar, os historiadores divergem em relação à quantidade de trabalhadores que a CML precisava para suas funções. Enquanto alguns historiadores expressam cifras muito parcas (por volta de 3.000 trabalhadores), outros falam em cerca de 20.000. «Outro fato obscuro – assinala Mura - é a pouca diferenciação que os historiadores encontraram, nas fontes, entre paraguaios e índios, que eram contratados para trabalhar nas fases mais pesadas» (2006: 74-75), o que indica que não podemos saber em detalhe a distribuição das parcialidades étnicas, Kaiowá e Nandeva principalmente, no sistema de extração de erva<sup>8</sup>.

O que fica claro nas pesquisas voltadas para uma análise mais específica das condições de trabalho nos ervais são alguns dados referentes aos mecanismos de recrutamento utilizados pela CML, no intuito de captar trabalhadores a baixo custo e cabal disposição. Essas estratégias consistiam basicamente no emprego da dívida como sistema de atração (Arruda, 1997; Brand, 1997). A CML oferecia dinheiro e mercadorias produzidas nos centros urbanos como forma de pagamento antecipado, o que endividava os trabalhadores, obrigando-os a cumprir extensas jornadas de trabalho para pagar a dívida contraída, sempre superior à capacidade real de trabalho. Esse sistema foi conhecido como esquema do «barracão» (Mura, 2006) e foi, talvez, um dos fatores que permitiu um crescimento acelerado da Empresa. Daí a relevância da expressão de Silva (1939), que assinalou, bem no período de declínio da CML, que «[o] Guaraní é a razão de ser da extração da erva, a cuja faina, quando se entrega, não mede a extensão de sua força (...)» (: 107).

Esses grandes empreendimentos econômicos permitiram a criação de uma infra-estrutura física (estradas, cidades, indústrias, postos militares, postos administrativo-burocráticos, etc.) que acabaram por aproximar as relações cotidianas de índios e não-índios tanto no contexto rural quanto no urbano. Segundo Mura (2006: 77), citando o trabalho de Thomaz de Almeida e criticando abertamente os trabalhos de Schaden (1974) e Watson (1952), norteados, segundo ele, pelo paradigma da aculturação, não existem evidências para afirmar que as novas atividades econômicas implicaram uma mudança radical dos estilos de vida kaiowá. De fato, esboça o autor, eles passaram progressivamente a transformar a organização das unidades domésticas, tornando-as mais flexíveis e adaptadas às novas circunstâncias. Não obstante, os constantes deslocamentos à procura de trabalho nos ervais, a

formação de novas aldeias (próximas aos pólos de atração), o convívio mais próximo com as cidades, entre outros fatores, foram fundamentais para compreender a emergência de novas configurações do espaço. Elas ainda se mantinham em um âmbito de configuração informal, embora atingissem grande parte da população kaiowá.

Foi preciso, da perspectiva do governo central, organizar essas relações econômicas, políticas e sociais, ainda considerando que o Estado brasileiro precisava estabelecer uma presença mais durável na configuração da soberania nacional da fronteira meridional. Em 1910 o SPI, através da Inspetoria Regional N° 5 (I.R. 5), começou a atuar na área, representando os interesses da política indigenista oficial promovida pelo Governo central em toda a região<sup>9</sup>. Não obstante, a I.R. 5 começou a atuar entre os Guarani (Kaiowá e Nandeva) apenas em 1915, quando foi necessário estabelecer os primeiros aldeamentos para radicar algumas populações Kaiowá que estavam próximas às principais cidades. Entre 1915 e 1928 o SPI instituiu oito áreas indígenas, o que veio a definir uma segunda fase de territorialização desses índios, agora promovida diretamente pelo órgão burocrático do Estado. Ainda que a CML tivesse diminuído radicalmente a quantidade de terras em arrendamento por volta da época do início da atuação do SPI<sup>10</sup>, um segundo fator começava a definir contextos conflitantes para os indígenas. O papel desempenhado pelos produtores independentes de erva mate, nas três primeiras décadas do século XX, alvo pouco estudado pelos especialistas, incentivou ainda mais uma vontade crescente de «liberação» de territórios ocupados pelos nativos. Diante disso e com o fim de regulamentar o uso e usufruto das terras devolutas, ditou-se a Resolução N° 930 em 1925. A Resolução indicava que cada requerente podia solicitar territórios nunca superiores a 3.600 hectares, sendo que a cada requerente poderiam ser concedidos no máximo dois lotes de 3.600 (Arruda, *op.cit.*). Como veremos mais detalhadamente a seguir, essa Resolução afetou profundamente o caráter das reservas demarcadas pelo SPI.

Na documentação pode-se observar uma certa contradição no caráter com que esses aldeamentos foram planejados. Ao mesmo tempo em que a instituição estava inspirada em uma concepção paternalista e protecionista para com as populações indígenas, acabava sendo uma instância de vínculos extremamente eficazes entre os poderes econômicos e políticos da região. O caráter protecionista

manifestava-se principalmente na preocupação de alguns de seus funcionários em diminuir a exploração da força de trabalho indígena em várias áreas de extração de erva. Outras preocupações se relacionavam à motivação de liberar terras para a especulação imobiliária e posterior ocupação agropecuária (Pereira, 2007: 5). Como agenciadores de índios para o trabalho da extração de erva-mate, o SPI escolheu pontos onde essa atividade estava há várias décadas consolidada. A criação das três primeiras reservas: Amambai (1915), Dourados (1917) e Caarapó (1924), responderam a esse critério<sup>11</sup>. Uma segunda estratégia resultou da ação particular de um funcionário deste órgão, Pimentel Barbosa, que, «após visita à reserva de Dourados, em 1923, denunciou à 5ª Inspetoria Regional a necessidade urgente de serem encontradas outras terras para os índios em questão» (Mura, 2006: 81-82; cf. Pimentel Barboza, 1923.) Em 1927, o próprio funcionário iniciou uma viagem de reconhecimento tanto das populações Kaiowá e Xavante, quanto das áreas plausíveis de serem indicadas para reservar os Kaiowá e Nandeva que ainda não tinham sido reservados (*ibidem*). No relatório elaborado logo após a viagem, ele traz, à guisa de apresentação, as razões que investem à I.R. 5 para atuar em «favor» desses índios:

«[...] há uma razão altamente patriótica que colloca essas tribus [Kaiowás e Xavantes] no mesmo plano de merecerem, com a mesma igualdade, todo o apoio e amparo dessa Inspetoria: libertar-as do domínio dos hervateiros paraguayos, fazendo cessar o regimem de escravisação em que vivem, por meio de uma fiscalisação efficiente, instituindo nucleos em terras que o Estado lhes reserve nos quaes possam ser creadas escolas primarias para o cresido numero de menores e distribuidas aos adultos as ferramentas indispensáveis aos trabalhos rudimentares da lavoura, como se faz nos postos já organizados» (fg 1213)

No intuito de esmiuçar os mecanismos que atuam nesses processos de territorialização, interessei-me particularmente pela descrição que Pimentel Barbosa faz a propósito da configuração do aldeamento conhecido como «Patrimônio União» (ver fg. 1245-1248). O interessante desse documento é que fornece alguns subsídios para inferir as estratégias adotadas pelos funcionários, em termos práticos, no processo de demarcação desses aldeamentos. Sabemos que a elaboração das «plantas de reconhecimento» incluía mensuras sistemáticas, tanto em locais com grande

concentração de índios, quanto em espaços de menor presença indígena. Os funcionários deviam reger-se, como apontamos anteriormente, pela Resolução N° 930 de 1925, a qual permitia apenas a demarcação de territórios não superiores a 3.600 hectares<sup>12</sup>.

Sob essa apreciação, o processo técnico de demarcação era reduzido ao fato de identificar áreas mais apropriadas para o estabelecimento das reservas e na simples mensura prescrita da quantidade limitada de hectares. Fatores tais como: concepções nativas do espaço (*tekoha*, *te'yi*, *tekoha guasu*, *guará*), distribuição espacial das famílias extensas, configuração de redes de relações sociais entre as lideranças, dentre outros elementos, foram completamente negligenciados pelos funcionários do SPI na demarcação das reservas, interessando-se apenas pelas acomodações possíveis para os ervateiros continuarem a explorar a força de trabalho indígena (de uma forma mais controlada) e aplicando uma legislação nulamente diferenciada. Daí a pobreza documental em relação aos processos de demarcação de territórios. Diferentemente de outros processos de territorialização indígena na América Latina, que produziram uma grande quantidade de material cartográfico, etnográfico e administrativo, no caso dos Kaiowá apenas se conta com material administrativo muito achegado à *doxa* institucional promovida pelo Estado brasileiro. Porém, ainda em comparação a outros processos de territorialização indígena na região, podemos observar, claramente, que a ação do SPI representou apenas uma instância de formalização de uma situação que já estava deflagrada nas relações inter-étnicas cotidianas no contexto da fronteira meridional. Isso talvez explique, também, o caráter pouco conflitante desse processo. Assim sendo, a criação das reservas não pode descolar-se do processo de ocupação agropecuária e da participação dos índios nesse sistema econômico-social.

Ainda devemos assinalar um ponto importantíssimo que nos ajudará a compreender o decurso dos conflitos territoriais no século XX (ainda que nossa descrição esteja finalizando por cá). Tanto o processo de aldeamento promovido pelo SPI quanto as políticas de atração de índios para essas reservas colidiram com a freqüente constatação da existência de índios Kaiowá que nunca foram abrangidos diretamente pelas políticas de territorialização. Esses são os famosos «índios desaldeados», que persistem até hoje no panorama dos conflitos territoriais na região. A pergunta por esses índios desaldeados é interessante porque permite a reavaliação do processo como um todo. Já no

«Relatório do inspetor interino da I.R. 5, Antonio Martins Vianna Estigarribia, encaminhado ao diretor do Serviço de Proteção aos Índios, José Bezerra Calvacante, em 7 fev. 1928» (SPI, Mf 341 – Fg. 1061-1065), observa-se uma preocupação com a situação desses índios não integrados ao sistema de reservas. Esses índios em situação «irregular» configuraram um tipo de devir paralelo em termos da organização social e territorial dos Kaiowá, mantendo, é claro, intensas relações com os índios aldeados. Muitos deles viveram às margens da ação direta dos órgãos indigenistas, embora elas os atingissem de forma indireta.

Enfim, o processo de territorialização descrito nos parágrafos precedentes é alvo, atualmente, de diversas interpretações e teorizações, especialmente de antropólogos e historiadores. As reservas foram pensadas de diferentes maneiras: como «áreas de acomodação» (Pereira, 2007), espaços de «confinamento» (Brand, 1997) ou estratégias de «aldeamento compulsório» (Mura, 2006), para citar, talvez, as mais importantes. Cada um desses conceitos responde a um corpo teórico determinado que não detalharemos neste texto. Cabe apenas ressaltar, desde meu ponto de vista, que essas interpretações, em geral, desconsideram as populações indígenas como sujeitos históricos plenos, a saber, não apenas como agentes passivos do processo, mas como atores volitivos e interpretantes de sua própria historicidade. Gostaria de deter-me unicamente no mais socializado desses conceitos, o de «confinamento», que é, talvez, o que apresenta maiores problemas teóricos nessa direção. Brand (1997) considera que o problema principal do processo de aldeamento seria a desestruturação progressiva das famílias extensas, sendo os índios obrigados a permanecerem reduzidos (e «confinados») em suas pequenas reservas, indo contra um certo «modo de ser» kaiowá baseado no deslocamento territorial e na conformação de redes extensas de comunicação. Parece-me mais interessante pensar como essas inter-relações configuram campos de reinterpretções sobre, neste caso, o uso do espaço material e social. Acredito que o crescente interesse em estudar os Kaiowá na atualidade surge, também, do reconhecimento de que os processos de territorialização implicam a ampliação dos moldes cosmológicos e ideológicos tanto para os «gerenciadores» do processo quanto para os «gerenciados». Não podemos, nem queremos, negar as evidentes relações assimétricas de poder atuantes nesses processos de territorialização, mas devemos, ao mesmo tempo, reconhecer que essas formas não

atuam conformando esferas binômicas radicalmente opostas ou necessariamente conflitantes. Estamos afirmando que «na maioria dos casos, as entidades estudadas pelos antropólogos devem seu desenvolvimento a processos que se originam fora delas e vão muito além delas, que devem sua cristalização a esses processos, participam deles e, por sua vez, os afetam» (Wolf, 2003a: 296). Essa é a dinâmica, acredito, que define o modo como as populações Kaiowá confrontaram os diversos contextos advindos no transcorrer do século XX (quando podemos destacar a intensificação de agentes colonizadores, tais como: a Missão Evangélica Caiuá, a fundação da Colônia Agrícola Nacional e a usurpação de terras nas reservas, para citar algumas), até chegar aos nossos dias e constatar que os Kaiowá, ainda que «confinados», «aldeados», «humilhados» e «discriminados», continuam a ser uma força social que, em constante transformação, caracteriza o cenário multiétnico da região.

### **3. Processos de territorialização mapuche no contexto da formação definitiva do Estado-nacional chileno**

Os Mapuche sempre estiveram, em maior ou menor medida, implicados direta ou indiretamente nas dinâmicas de processos mais globais. Podemos caracterizar, por exemplo, a própria etnogênese mapuche como parte do imperativo de certos grupos indígenas localizados no centro-sul do atual território chileno, ou *reches*, a se organizarem militar e politicamente para enfrentar o processo geral de Conquista espanhola sobre o território americano (Boccarda, 1998; Saavedra, 2005). Nos séculos XVII e XVIII, a vinculação econômica e política da população mapuche à sociedade colonial, principalmente através da *maloca* e do *conchavo* de gado na área de fronteira<sup>13</sup>, significou uma grande e constante transformação nas identidades territoriais indígenas (Solis, 1991). O comércio da fronteira permitiu a extensão territorial dos Mapuche em direção aos pampas argentinos - processo conhecido como *Araucanización de las Pampas* - o que demarcou, por sua vez, intensos contatos com outros grupos indígenas, acrescentando o poder de alguns chefes (*lonko*), que passaram a ter o controle dos espaços comerciais de gado na sociedade fronteiriça colonial. Esse contexto diversificou amplamente os modos de entender a identidade mapuche no que diz respeito ao território. As identida-

des territoriais locais fortaleceram-se. Os conflitos internos entre os próprios Mapuche tornaram-se cada vez mais freqüentes, como também as alianças com segmentos da sociedade colonial, primeiramente, e chilena, a seguir.

Antes da ocupação da Araucânia por parte do Estado chileno, os Mapuche organizavam-se ao redor de um chefe em associações tribais extensas, com estratificação social e chefaturas hereditárias. Os territórios formados por essas associações eram denominados *butamapu*, o que, por sua vez, definia parcialidades étnicas ou sub-grupos, dentre os quais se destacavam os «*arribanos*» (ou *wenteche*), «*abajinos*» (ou *nagche*), «*costinos*», «*cholchollinos*», «*maquehuanos*», além de «*pehuenche*» e de «*huilliche*». Os *apoulmen* e os *ulmen*<sup>14</sup> concentraram riqueza e poder. Os *ayllerehues* e os *futamapu*<sup>15</sup> transformam-se em verdadeiras unidades geo-políticas governadas por esses chefes (Saavedra, 2005: 57). Contudo, as dinâmicas de adaptação e transformação da cultura mapuche sempre estiveram relacionadas a seus contatos interétnicos.

Fica claro, então, que esses Mapuche da segunda metade do século XIX não eram os mesmos Mapuche do século XVI. Três séculos de intensas relações interétnicas com europeus e crioulos fizeram com que a própria organização social e territorial estivesse em constante adaptação e transformação. Houve toda uma série de elementos conjugando-se nessas relações. Por exemplo, no contexto das relações fronteiriças, os Mapuche acabaram «indianizando-se», o que não afetou sua autonomia territorial, mas sim modificou suas identidades.

O processo de ocupação dos territórios autônomos dos Mapuche foi muito complexo e deixou profundas feridas ainda não cicatrizadas. Em meados do século XIX, o Estado chileno estimou necessário empreender uma agressiva política de consolidação de todas suas fronteiras (externas e internas), representadas, por um lado, pelos rotineiros impasses diplomáticos mantidos com as administrações nacionais do Peru e da Bolívia, na região norte do Chile (o que desencadearia a Guerra do Pacífico), e, por outro, pela necessidade de transitar para a «unidade e soberania territorial da nação» através da aniquilação dos espaços fronteiriços na região da Araucânia, os quais tinham persistido, em grande medida, devido à resistência que os Mapuche manifestaram ao processo de Independência (instauração da República)<sup>16</sup>

O problema das fronteiras internas era muito inquietante para a administração nacional. Como adverte Pinto (2003 [2000]), pensava-se que o território do Chile iniciava-se com o deserto de *Atacama* e terminava no cabo de *Hornos*, reconhecendo-se que a região da Araucânia, apesar de habitada de forma autônoma pelos indígenas, era parte do país (: 102-103). Ao mesmo tempo, os próprios administradores da nação perguntavam-se até que ponto os «araucanos» eram uma nação diferente e que devia gozar, por conseguinte, de um território reconhecido como independente, em vista de já existir o reconhecimento dos Parlamentos coloniais. A Câmara de Deputados e Senadores foi o lugar predileto onde essas discussões, que eram de interesse geral, formalizaram-se. É interessante observar a atitude de alguns congressistas em relação a esse ponto. Em uma atitude empolgada, o deputado Gaspar Marín afirma:

Los araucanos i demás indijenas se han reputado como naciones extranjeras; con ellos se han celebrado tratados de paz i otras estipulaciones y lo que es más, en los parlamentos se han fijado los límites de cada territorio, cosas que no se practican sino entre naciones distintas i reconocidas i no puedo comprender al presente el Congreso se proponga darles leyes, no como a nación i si como a hombres reunidos, sin explorar su voluntad, sin preceder una convención i sin ser representados en la legislatura (Marín en Pinto, 2003: 111)

O problema não era a presença dos Mapuche em si, mas a presença dos Mapuche em territórios que poderiam ser usados em benefício do desenvolvimento econômico do Estado chileno. A economia do Chile, por volta desses anos, seguia um modelo exportador (de «*crecimiento hacia afuera*») baseado, principalmente, na agricultura do trigo. Por volta dos primeiros anos da década de 1860, por motivos diversos, o Chile experimentou uma primeira contração do modelo exportador<sup>17</sup>. As soluções que se propuseram para melhorar a situação da economia chilena estiveram estreitamente relacionadas à intenção, cada vez mais compartilhada pela opinião pública, de integrar as terras da Araucânia de maneira definitiva. As terras Mapuche deviam servir à soberania nacional – argumentavam os favoráveis à ocupação – porque havia uma necessidade de ampliar o território cultivável para, desse modo, competir nos mercados internacionais. Ainda, diziam, a integração dos territórios Mapuche poderia ajudar contribuir para a liberação de terras para

colonização estrangeira, alvo perseguido desde os primórdios da República, argumentando a necessidade de civilizar aquelas paragens contaminadas pela ação dos índios. Essas motivações começaram a ser compartilhadas pelos principais congressistas do país (ver Pinto, 2003: 151 e ss), que eram, ao mesmo tempo, grandes formadores de opinião.

A imprensa foi outro elemento relevante na formação de uma opinião negativa para com o índio antes da ocupação. As teorias raciais estavam em voga e encontravam no Mapuche o alvo predileto onde ensaiá-las. O principal jornal que empreendeu sistematicamente uma campanha «primitivizante» e «barbarizante» dos Mapuche foi *El Mercurio de Valparaíso*, em cujas páginas se começa a incriminar a imagem do índio:

Han vuelto otra vez los indios a comenzar sus depredaciones en los pueblos de la frontera. La provincia Arauco es nuevamente amenazada por estos bárbaros y la inquietud y la alarma se han extendido en las poblaciones del sur. Al principiar esta luna han dado su primer malon, habiendo sacrificado familias enteras de indios pacíficos, matando e incendiando. Ya es llegado el momento de emprender seriamente la campaña contra esa raza soberbia y sanguinaria, cuya sola presencia en esas campañas es una amenaza palpitante, una angustia para las riquezas de las ricas provincias del sur. ¿Qué familia puede estar tranquila ni entregarse con confianza sus trabajos, si el día menos pensado una turba de malhechores salvajes llega sus puertas, incendia sus propiedades y las hace parecer en el martirio, sin respetar las mujeres, a los ancianos y a los niños? Un estado de cosa semejante es imposible que pueda permanecer por más tiempo sin herir de muerte los más caros intereses de la sociedad chilena, sin sublimar los sentimientos de la nación, sin evitar los ánimos exasperar cerrar (este artículo apareció en la edición del primero de noviembre de 1860 em Pinto, 2003: 144)

Todas essas idéias, vale observar, pressupunham uma contradição evidente: os mesmos Mapuche que meio século atrás inspiravam o imaginário épico da formação da nação eram agora colocados no lugar do «inimigo» e no lugar do ser indesejável (bárbaro, traçoeiro e irracional). Podemos dizer que foi instituindo-se uma espécie de «ideologia da ocupação», que legitimou a ação do Estado, quando projetada a idéia de que os territórios «selvagens» deviam ser domesticados. Em 1852 foi criada a Província de Arauco, aprovada pelo

Congresso Nacional, o que seria um importante subsídio para, posteriormente e com legitimidade jurídica, atuar na velha Fronteira. Desde aquela época, muitos territórios indígenas eram alienados a partir de decretos que regulavam a venda de terras (Principalmente os Decretos do: 6 de julho de 1872 e 2 de março de 1873; Cf. Aylwin, 1995). Essa ocupação espontânea foi quebrando lentamente a linha da Fronteira. Teve início, assim, a fundação de fortes, cidades e povoados em territórios indígenas<sup>18</sup>.

O principal ideólogo da ocupação da Araucânia, o Coronel do Exército Cornélio Saavedra, admitia que a ocupação da Araucânia não era mais um assunto de guerra, mas de administração (Pinto, 2003: 191 e C. Saavedra, 1870). Há certamente alguma controvérsia em torno das palavras desse mentor da «pacificação», ou do modo como essas palavras se contrapõem a suas ações. Em 1870 publica «*Documentos Relativos a la Ocupación de Arauco*», em cujas páginas sistematiza os documentos que, segundo ele, justificariam a ocupação da Araucânia, propondo-se, «humildemente», como o executor do processo.

Entre 1879 e 1884 foi deflagrada a Guerra do Pacífico, ao Norte do Chile. Tem sido pouca a atenção dada pelos historiadores e antropólogos à influência desse conflito bélico na posterior ocupação definitiva da Araucânia. Isso, talvez, porque a Guerra aconteceu em uma região geograficamente distante da Araucânia e porque o conflito bélico obrigou o exército chileno a abandonar, pelo menos por um tempo, o processo de ocupação do resto da Araucânia. Tendo conhecimento desses fatos, os Mapuche arremeteram contra vários povoados e fortes estabelecidos na região de fronteira em repetidas oportunidades, destruindo-os e saqueando-os. As poucas forças militares que restaram nesses locais não deram conta dos constantes *malones*<sup>19</sup>. Essas foram, talvez, as últimas manifestações bem-sucedidas da força militar dos Mapuche no contexto fronteiriço. A memória oral dos Mapuche viu-se extremamente influenciada por esses eventos. Um fato interessantíssimo constatado em minhas expedições etnográficas é a freqüente alusão à Guerra do Pacífico como um evento acontecido nas próprias terras mapuche. É verdade, por um lado, que isso pode descrever o fato de que vários Mapuche da área da fronteira foram recrutados para participar na Guerra. Após terem servido no exército esses Mapuche voltaram à velha Fronteira e integraram-se à sociedade fronteiriça que também estava em sua pequena guerra particular. Por outro lado, a Guerra do Pacífico e a retirada da

maioria dos soldados chilenos localizados na área incentivaram os últimos levantamentos armados contra a ocupação de seus territórios, o que resultou na resistência militar dos poucos soldados que ficaram para resguardar a integridade, principalmente das cidades, que tiveram de aliar-se às guardas privadas dos novos fazendeiros da região. Daí os Mapuche terem tido representada sua própria Guerra do Pacífico.

Chegamos, por fim, à fase da ocupação definitiva da região da Araucânia, a saber, o momento em que as terras mapuche foram oficialmente inseridas no sistema de administração estatal através da demarcação de reduções ou radicações. Em 1883, a sensação de vitória deixada pela anexação de territórios às custas do Peru e da Bolívia na Guerra do Pacífico enchia de orgulho os espíritos nacionalistas da época e confirmava que a única forma possível de solucionar o conflito na Araucânia era sua ocupação definitiva e a redução da população indígena. A presença militar intensificou-se consideravelmente na linha de fronteira e nas cidades fundadas no processo de ocupação anterior. Começou, assim, a operar sem maior resistência militar a *Comisión Radicadora de Indígenas*, cujo trabalho consistia em localizar os Mapuche em espaços delimitados, chamados *reservaciones*, para liberar o resto do território para as colônias nacionais e estrangeiras que queriam estabelecer-se na região.

É claro, então, que a redução veio transformar radicalmente a organização social e territorial dos Mapuche e significou a efetiva minimização de seus aparatos sócio-culturais, «integrando-os» violentamente à jurisprudência nacional, alterando assim suas autonomias no plano político e territorial. A redução significou, entre 1884 e 1927, a entrega de 2.961 «Títulos de Merced» sobre 526.285 hectares (que representam apenas 10% dos territórios ocupados pelos Mapuche no período anterior à redução), as quais «beneficiaram» aproximadamente 85.000 Mapuche (Babarovic *et alli*; 1987: 30). Os «Títulos de Merced» demarcavam unidades indivisas de território caracterizadas pelo direito coletivo de uso da terra e que eram outorgadas às «lideranças» de famílias extensas (*lonko*). Não obstante, as comissões radicadoras, que tiveram a tarefa de delimitar e mensurar as reduções, nem sempre perceberam que essas famílias extensas estavam organizadas em unidades territoriais mínimas, ou *lof*, que não respondiam apenas a uma lógica interna de organização social, mas sobretudo a uma organização baseada em alianças progressivas com outras unidades territoriais mínimas. Mesmo assim, os

procedimentos de demarcação eram extraordinariamente complexos e requeriam a participação de muitos especialistas e um diálogo intenso com os indígenas, para definir um território.

Ao indagar a documentação relativa a esse processo de territorialização, deparei-me com uma diversidade enorme de estratégias de definição desses territórios. Os *Títulos de Merced* trazem informações riquíssimas detalhando o procedimento utilizado para a identificação de cada uma das terras e informações pormenorizadas sobre as pessoas «beneficiadas» pelo processo de demarcação. Os indígenas deviam «justificar» sua posse legal da terra em consideração dos espaços efetivamente usados para as atividades econômicas de subsistência. Dependendo da quantidade de pessoas, da qualidade dos terrenos e do nicho ecológico onde se habitava, cada redução podia ter de 50 hectares (as menores) até quase 7.000 hectares (as maiores). Geralmente, as reduções localizadas na faixa litoral e na pré-cordilheira dos Andes beneficiavam-se de uma maior quantidade de terras<sup>20</sup>.

A propósito do que foi mencionado anteriormente, outra característica importante desses documentos é a elaboração de uma cartografia do processo de radicação. As informações contidas nesses mapas são extremamente interessantes em dois sentidos: em primeiro lugar, definem a síntese gráfica de uma representação do espaço que tinha como objetivo informar os limites físicos da redução. Esses códigos de representação do espaço, na maioria dos casos, não eram conhecidos pelos indígenas, os quais manejavam outros âmbitos de representação de seus espaços físicos e simbólicos. Os mapas atuaram, nesse caso, como uma imposição simbólica de representação do espaço, o que certamente comprometeu o diálogo com os Mapuche. Em segundo lugar, os mapas contêm informações riquíssimas sobre a paisagem cultural das unidades sociais mapuche. Os nomes dos lugares, por exemplo, eram na maioria das vezes informados pelos próprios índios, assim como a localização de eventos geográficos que poderiam ser invisíveis aos olhos de um geógrafo não-indígena. Nesse sentido, a cartografia de radicação, se analisada considerando esses dois fatores, pode-nos oferecer um contexto interpretativo muito proveitoso sobre as concepções do espaço atuantes no processo de radicação.

Após e paralelamente ao processo de radicação, as terras que eram liberadas começaram a ser dispostas para a colonização. O Estado chileno conseguiu realizar o velho desejo de povoar as terras rurais do centro-

sul do país com colonos estrangeiros, a maioria deles italianos e alemães, com o objetivo de civilizar a região outrora nas mãos dos «selvagens». Esse processo foi muito acelerado nas áreas mais próximas às cidades principais da região (tais como Temuco, Purén, Lumaco, Traiguén, Cañete, Angol, entre outras). O acelerado crescimento da população no decurso do século XX trouxe consigo a impossibilidade de subdividir a terra entre os herdeiros desses primeiros Mapuche reduzidos. Além disso, 200 mil hectares, que representavam aproximadamente 40% das terras cedidas em «Títulos de Merced», foram desapropriados e usurpados pela aplicação das leis indígenas de divisão de comunidades (1930-1990). Foi preciso para os Mapuche, então, procurar novas formas de inserção social, desta vez nos esquemas de divisão do trabalho com que operava a sociedade de classes chilena, seja como bóia-fria nas fazendas agrícolas, seja como operários e mão-de-obra barata nos florescentes povoados e nas grandes cidades (Marimán, 2006: 116-17)

Os primeiros estudos antropológicos de Guevara (1908; 1916 [1906]; 2002 [1912]) e Latcham (1924), bem como os admiráveis trabalhos etnográficos posteriores de Titiev (1951), de Faron (1961) e de Stuchlik (1999 [1976]), entre outros, estabeleceram diferentes perspectivas para pensar o processo de redução. Tomás Guevara e Ricardo Latcham desenvolveram suas pesquisas bem no início do século XX. Seus estudos acompanharam o processo de instauração das reduções. Eles acreditaram que o estudo de aspectos ligados à organização social, à mentalidade (ou psicologia) nativa e à língua vernácula deviam ser âmbitos preferenciais, em vista da necessidade de resgatar aquilo que inevitavelmente frente seus olhos aparecia como em estado de extinção. Além de reconhecer o grande esforço compilatório e tipológico de suas extensas descrições e informações de campo (esforço certamente inédito até esse momento), devemos também apontar que elas acomodaram-se à tendência observada em situações clássicas de colonialismo interno e externo, onde os antropólogos transitavam como meros tradutores de fatos culturais atemporais, desconsiderando os aspectos políticos-contextuais. Lamentavelmente, entre as limitações de seus estudos, que também são as limitações de seus tempos, colocaram uma ênfase exacerbada numa suposta rápida transição e desaparecimento geral da estrutura social mapuche em consequência do processo de redução. Parece-me que o convencimento sobre

suas predições levou-lhes a interpretar muitos fenômenos sociais como vestígios vivos que deviam ser «coleccionados» antes de estarem destinados ao inevitável apagamento.

Só a partir da publicação da obra intitulada *Mapuche Social Structure*, de Louis Faron (1961), a interpretação do fenômeno da redução mudou radicalmente. O ponto de partida de suas propostas estava reconhecidamente direcionado para o desvendamento das lógicas ou morfologias internas que regiam os comportamentos sociais e culturais dos Mapuche. Faron reconhecia que nesse contexto específico devia-se considerar a instauração da redução como uma estrutura sócio-política adequada para a reprodução cultural. Em vez de pensar a redução como motor de mudança e fragmentação social, acreditou na sua capacidade de manter uma sociedade relativamente isolada e externa aos processos da sociedade nacional. Segundo ele, na época anterior à redução, a sociedade mapuche caracterizava-se por sua grande mobilização sócio-política: algumas partes dos grandes grupos residenciais emigravam a grandes distâncias para defenderem-se dos ataques das tropas chilenas, dos *malones* de outros Mapuche ou à procura de melhores terras. A mobilidade teria constituído uma válvula de segurança para a fragmentação dos grandes grupos de residência, embora estivesse sempre ameaçada pelos fatores externos (*op.cit.*: 85). Faron acreditava que as culturas modificam-se até o ponto de desaparecerem se os processos de aculturação forem muito abrangentes. A diferença, no entanto, no fato de o segundo ter visto regularidades culturais diferenciadas onde os primeiros viram mudanças irreparáveis; porém, todos os autores não conseguiram fugir de uma visão extremamente essencialista da cultura. O trabalho de Faron foi mais uma tentativa de análise sincrônica funcional-estrutural e menos a reconstrução da etnologia mapuche em termos de suas implicações sócio-políticas de transformação e readequação em suas próprias inter-relações com a sociedade nacional.

Sem dúvida, o antropólogo que conseguiu dar um passo além nesta discussão foi Milan Stuchlik quem, em 1976, publicou o livro *Life on a Half Share*<sup>21</sup>. O escopo fixado na introdução desse texto manifesta o desejo de superar essa falsa disputa existente entre priorizar as análises sobre as estruturas formais, por um lado, ou sobre as organizações informais, por outro, na conformação das práticas culturais específicas de uma população. A relevância de considerar ambos os níveis

de interpretação levou-o a pensar que na sociedade mapuche nunca havia existido um sistema social ou territorial totalmente organizado e unificado, isto é, que as unidades corporadas haviam sempre sofrido a intervenção de agentes que nem sempre buscaram a manutenção da ordem social. Não obstante, a ênfase no conceito de organização social ainda focaliza a idéia de uma cultura estática e autocontida, em contraposição a culturas dinâmicas e em mudança, ou bem, no caso específico de Stuchlik, falar em culturas «em si mesmas» (internas) em contraposição a culturas «em relações externas».

É aqui que podemos traçar novamente nossa crítica sobre as transgressões da dimensão histórica nos estudos clássicos sobre os processos de territorialização indígena. Quando Julian Steward salienta que «os araucanos, mesmo como os hopi, os zuñi, os navajos e outros, cujas reduções retardaram o impacto da cultura européia, permaneceram num isolamento cultural» (in Faron, 1961: viii, *prólogo*), devemos imediatamente reagir para recolocar a noção que guiou nossa descrição do próprio processo de territorialização: não podemos estudar qualquer aspecto da sociedade mapuche sem considerá-los como sujeitos históricos plausíveis de apropriarem-se de novos contextos de configuração de identidades sociais. Novamente, devemos tentar fugir das representações naturalizantes do processo formativo das sociedades.

#### 4. A modo de conclusão

Parecerá estranho ao leitor a advertência em relação à ausência de uma seção conclusiva no corpo do texto. Certamente não é este nosso objetivo. Contentar-nos-emos apenas em confiar que o leitor, no espaço reduzido deste texto, tenha identificado elementos descritivos consistentes que nos permitam, no progresso da pesquisa, chegar a conclusões e interpelações comparativas. Assim sendo, nos parece importante esboçar brevemente, para finalizar, algumas idéias sobre atributos considerados fundamentais para construir a comparação entre este dois processos de territorialização:

- **Relações de fronteiras:** tanto os Kaiowá quanto os Mapuche estão em uma, ou várias, situação(ões) de fronteira(s). Uma delas está relacionada ao fato de desenvolverem suas etnicidades em contextos bi- ou multi-nacionais. Os Kaiowá estão no Brasil e no Paraguai. Os Mapuche se deslocam entre a Argentina e o Chile. Essa situação de fronteira pode limitar a

compreensão dos contextos históricos aqui tratados, em vista da tendência corriqueira dos pesquisadores de projetar identidades nacionais em conjunturas onde elas não são importantes. Mas, por outro lado, essa situação de fronteiras nacionais define particularidades nos processos de disputas e reconhecimento da alteridade interétnica, o que se reflete diretamente nos processos de territorialização. Uma segunda situação de fronteira se relaciona à própria diversidade interna representada pelas parcialidades étnicas (ou sub-grupos) entre os grupos Guarani e entre os grupos Mapuche. Os etnônimos das populações aqui estudadas são uma fonte muito rica para se pensar essas fronteiras identitárias. Aqui acontecerão processos de etnogênese, apropriações de identidades pan-étnicas em detrimento de identidades locais, e vice-versa<sup>22</sup>. Por fim, uma terceira acepção de fronteira diz respeito ao modo como se vem escrevendo a história dessas populações e as representações desse «outro» indígena. O Guarani genérico, por exemplo, representou para os «colonizadores» sulistas no Brasil, seja no contexto colonial, seja no republicano, um «outrem» radical; um ente no qual se depositava uma parte dos imaginários mais corriqueiros sobre populações indígenas em geral: selvageria, bestialidade, primitivismo. O mesmo acontece com os Mapuche na configuração das relações interétnicas no Chile. Esses índios representam, assim, uma fronteira cultural que se define na positividade do «ser nacional». Por outro lado, para essas populações indígenas a imagem da «civilização» reflete um estado de abandono de sua identidade étnica ou indígena, o que define uma posição de rechaço. É claro que ambos movimentos acontecem apenas no âmbito dos estereótipos sociais (seja como discriminação negativa, seja como discriminação positiva), o que não significa, porém, que seja um elemento menor na delimitação de identidades sociais (étnicas e nacionais).

- **Estratégias e técnicas de territorialização:** este segundo atributo é fundamental para reconstruir as dinâmicas empíricas a partir das quais foram pensados e efetivados os processos de territorialização. Ainda que seja possível proceder a uma reconstituição relativamente completa desses procedimentos, por meio de documentos,

não é esse nosso objetivo principal. Interessamos mais profusamente encontrar algumas engrenagens específicas, pouco trabalhadas pela literatura antropológica, a partir de elementos que desempenharam um papel fundamental na «resolução» dos conflitos surgidos pelos territórios pleiteados. Para tanto, consideraremos três unidades de análise: em primeiro lugar, os *procedimentos administrativos e burocráticos* subsidiários ao processo de territorialização; logo depois, os *processos de medição* e delimitação concreta dos territórios de aldeamento, reserva ou redução e, por último, a *cartografia de radicação*<sup>23</sup>.

- **Conflitos bélicos como fixadores da memória histórica:** finalmente, em vista da importância da guerra da Tríplice Aliança no processo de territorialização Kaiowá e da relevância da guerra do Pacífico no processo de ocupação da Araucânia, julgamos importante considerar esses eventos menos como contextos históricos e mais como fixadores da memória histórica. Como apontado na introdução, o processo de territorialização é também um processo de temporalização. Portanto, na conexão entre memória e história, torna-se inconveniente invocar uma versão contextualizante do acontecer histórico, pelo contrário, devemos procurar o que permeia as evocações do passado. Certamente esses conflitos bélicos desempenham esse papel.

Por fim, as leituras e fichamentos das fontes secundárias, processo ainda em andamento, estiveram dirigidas a compreender de que maneira os próprios antropólogos e historiadores vêm reproduzindo estratégias dominantes de espacialização, substancialização e temporalização em seus trabalhos. Desejamos ressaltar a importância de não compreender «cultura» como uma entidade unificada. Essa noção estabelece uma dinâmica separatista entre o «Nós» e o «Eles», quando em realidade são espaços de interdependência (Alonso, *op.cit.*: 400). O importante, tal como salienta Wolf, é superar o conceito de comunidade (cultura, sociedade, nação) entendido como paraísos de sociabilidade e solidariedade, e pensar que a sociedade, por sua vez, tira energia e virtude dessas entidades moralmente integrais (Wolf, 2003b [2001]: 353). As sociedades e as culturas formam-se, necessariamente, em suas relações com outras sociedades e culturas.

## Notas

<sup>1</sup> A pesar del título y el resumen estar en lengua castellana, la versión del texto a continuación fue escrito íntegramente en portugués.

<sup>2</sup> Só para respaldar esse ponto, confrontar Meliá *et alli* (1987), para o caso da extensa bibliografia dos estudos sobre os Guarani, e Centro de Estudios de la Araucanía (1993) para o mesmo caso no contexto dos Mapuche. Ainda sobre a situação excepcional dos Guarani como objeto de inúmeras obras descritivas e analíticas, ver J.M. Monteiro (2006 [1992]: 475 e ss)

<sup>3</sup> Não existe um consenso na bibliografia especializada sobre a grafia usada para descrever esse grupo. Os pesquisadores vêm utilizando diversas designações, tais como: Kaiwá, Kayová, Kaingú, Cayuá, Cayvás, Kaa-thwua, Kadjová, Montesés, Guarani e Kaiowá, Avá Kaiowá, Pa)-Tavyterá, Pa)-Kaiowá, entre outros.

<sup>4</sup> No Paraguai, assim como na Argentina e na Bolívia, é preciso desdobrar, ainda, os Guarani em outros grupos e sub-grupos.

<sup>5</sup> Este é um ponto muito curioso. Uma interessante polêmica surgida da crítica que Mura (2004) esboça sobre o trabalho de Meliá *et alli* (1976) e Pereira (1999, 2004), em relação ao uso da perspectiva histórica na compreensão dos processos de territorialização Kaiowá, especificamente sobre a noção nativa *tekoha*, podemos ajudar a depurar a idéia que quero colocar. Para Mura, o *tekoha* deve ser definido «como resultado e não como determinante, isto é, vê-lo como um processo continuado de construção e entendimento do território por parte dos Guarani, **a partir da relação compulsória que estes mantêm com os brancos**. Portanto, o *tekoha* seria uma unidade política, religiosa e territorial, onde este último aspecto deve ser visto em virtude das características efetivas – materiais e imateriais – de acessibilidade ao espaço geográfico e não mera projeção de concepções filosóficas pré-constituídas» (pág. 130, *grifos meus*). Embora a crítica seja de grande valor na tentativa de abrir o debate para uma visão processual da cosmologia territorial kaiowá, o autor não consegue colocar no mesmo patamar analítico a situação dos Kaiowá no período anterior ao avanço das frentes colonizadoras no final do século XIX. É como se a história do contato (e uma visão mais dinâmica do processo formativo dos Kaiowá) começasse apenas lá: na «relação compulsória com os brancos». A meu ver, essa noção alimenta uma idéia também errada, que é pensarmos a dinamicidade das culturas apenas como resultado de um contato compulsório e assimétrico, neste caso particular, entre o Estado-nacional brasileiro (e suas estratégias de colonização econômica, primeiro, e étnica, depois) e a população kaiowá na fronteira meridional.

<sup>6</sup> Em 1880 foi publicada a «Memória justificativa dos trabalhos que foi encarregado à Província de Matto Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura de 27 de maio de 1879», em cujas páginas aparece um quadro muito interessante sistematizando a ocupação indígena no Estado. No documento são registrados os nomes das etnias, o número de pessoas que as compõem e os lugares onde habitam. Das várias etnias nomeadas nesse documento (por volta de 30), os Kaiowá (ou «Caiuás», como aparece grafado no texto) são os únicos que aparecem habitando o território nas imediações do rio Iguatemi, sem contar, porém, com o número de indivíduos identificados como tais.

<sup>7</sup> Conhecida também como «Guerra da Tríplice Aliança», «Guerra do Paraguai», «Guerra Grande» e «Guerra do 70».

<sup>8</sup> Podemos encontrar alguns indícios muito relativos sobre a proporção e o número de trabalhadores kaiowá em algumas áreas de extração de erva no «Relatório do auxiliar Genésio Pimentel Barboza referente ao ano de 1927 e encaminhado ao inspetor Antonio Martins Vianna Estigarribia» (SPI, Mf 341 – Fg 1210-1249). Nesse documento consta a informação de que a «proporção de índios caiuás empregados na elaboração de herva, sobre o operário, é, em média, de 75% na região de Iguatemy» (fg. 1223).

<sup>9</sup> O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais foi criado em 1910 sob o mandato do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, e tinha como objetivo principal garantir tratamento diferenciado às populações indígenas no contexto de relações interétnicas conflitantes (Giroto, 2007). Era uma instituição que visava civilizar os índios sem destruí-los, obtendo-se, assim, um processo pacífico de «integração» ao sistema de vida proposto pela nação. Apesar de esse processo assumir um caráter essencialmente positivista, no sentido de que se acreditava cabalmente na necessidade de civilizar e colonizar os espaços «bravios» do território nacional, o que implicava, é claro, os territórios indígenas, não houve qualquer homogeneidade na atuação de seus funcionários que, dependendo dos graus de engajamento com os indígenas, tiveram diversas formas de agir frente os conflitos diversos.

<sup>10</sup> Segundo Arruda (*op.cit.*: 42) entre 1916 até 1930 a quantidade de terras efetivamente arrendadas não excedia os 1.500.000 de hectares.

<sup>11</sup> Era tal o engajamento entre funcionários do SPI e ervateiros que a própria documentação apresenta indícios explícitos do ponto que estamos ressaltando no corpo do texto. Por exemplo, no «Relatório do auxiliar Genésio Pimentel Barboza referente ao ano de 1927 e encaminhado ao inspetor Antonio Martins Vianna Estigarribia» (*op.cit.*), já citado acima, descreve-se a situação do Posto Indígena Francisco Horta, atualmente

Reserva de Dourados, descrito como «[...] o mais antigo de nossos postos hervateiros e está situado nas proximidades de Dourados, com cujo patrimonio se limita (Município de Ponta Porã)» (fg. 1239)

<sup>12</sup> Ao serem acolhidas sob o amparo dessa legislação, as terras indígenas eram consideradas como «terras devolutas», isto é, terras «públicas» sem nenhuma utilização pública específica e que não se encontravam, por qualquer título, integradas ao domínio privado.

<sup>13</sup> Na literatura especializada sobre os Mapuche existe um consenso que deve ser explicitado. Como detalharemos nos parágrafos seguintes, uma das características principais do território mapuche anterior ao processo de ocupação promovido pelo Estado chileno era sua total independência de qualquer configuração colonial. Desde os primórdios da Colônia, então, estabeleceu-se uma fronteira física e cultural que definiu o limite entre a sociedade colonial e as populações mapuche não «submetidas» a ela. Essa fronteira sempre foi móvel, ainda que a historiografia tradicional insista em defini-la fisicamente na linha que segue o percurso do rio Bío-bío, nascendo na lagoa Galletué, na Cordilheira dos Andes, e desembocando no oceano Pacífico à altura da cidade de Conceição. A noção de «fronteira», então, não é apenas um conceito acadêmico para se descrever uma situação de constituição de espaços de autonomia, ocupação e administração territorial, mas também devemos compreendê-lo como um termo naturalizado tanto pelos Mapuche quanto pelos não-Mapuche nas relações de conflito e acomodação. As relações de fronteiras eram definidas a partir de numerosas Juntas de Índios, Parlas e Parlamentos com os espanhóis, em um primeiro momento, e com os chilenos, em seguida. A historiografia chilena, a partir dessa constatação histórica, fundou um movimento analítico e teórico chamado «*historia fronteriza*», fortemente influenciada pelas idéias do historiador norte-americano Turner e promovida no contexto da historiografia chilena por Álvaro Jara e Sergio Villalobos (Villalobos, 1982 e Villalobos & Pinto, 1985).

<sup>14</sup> O *Ulmen* e *Apoulmen* eram das autoridades mais importante dos *reche*. Seu poder e riqueza devem ser entendidos em termos do número de mulheres e sua capacidade para convidar, reunir e sustentar sua influência política. O *ulmen* era a cabeça de um grupo de antecessores e descendentes na linha paterna e de aliados em termos do intercâmbio de mulheres. Este grupo era o *lof*, a unidade social básica dos *reche*, e era bem mais que uma linhagem.

<sup>15</sup> Vários *lof* formavam um *ayllarehue* (nove *rehues*), que por sua vez eram parte de um *futamapu* (terra grande). No século XVI estas associações sócio-territoriais parecem ter sido unidades de aliança transitória em tempos de guerra. Essas associações apenas se

tornariam estáveis no período colonial e como uma de suas conseqüências.

<sup>16</sup> Segundo Saavedra (2005), os Mapuche, e quase todo o resto da sociedade de fronteira, reagiram com desconfiança diante do processo de Independência (: 119). As relações da fronteira – que incluíam acordos e relações estabelecidos nos Parlamentos, assim como inúmeras relações pessoais e de intercâmbio – tinham estabelecido um conjunto de interesses compartilhados que eventualmente seriam ameaçados pela sociedade emergente da Independência.

<sup>17</sup> Os principais motivos foram: as quedas das economias francesa e inglesa na Europa e, principalmente, a especulação financeira criada pela aparição do mercado da Califórnia, que tinha começado um grande empreendimento de extração de ouro.

<sup>18</sup> Entre 1861 e 1883 se fundaram mais de 20 cidades e povoados na região. Essa atitude não fazia parte de uma obstinação do Estado-nacional, mas existia o convencimento de que a fundação de cidades permitia segurar a ocupação do território e, sobretudo, a irradiação da civilização.

<sup>19</sup> O *malon* era uma prática corriqueira entre os Mapuche que consistia no assalto supressivo a outras parcialidades Mapuche, na procura de alimentação, gado, mulheres e prestígio. Em muitos contextos foi compreendida como uma prática ritual entre caciques aliados. Os caciques que tinham a maior capacidade de organizar *malones* ostentavam maior respeito e riquezas. Nos períodos de conflitos com a sociedade colonial, primeiro, e republicana, depois, esses *malones* também eram praticados. Muitas mulheres chilenas foram raptadas e casadas com caciques mapuche como resultado dessas empreitadas.

<sup>20</sup> No *Título de Merced* da redução Bernardo Ñanco, por exemplo, encravada na pré-cordilheira dos Andes, constam 6.500 hectares de terreno para os 287 indígenas que as compunham. No caso da redução Manuel Calipan, correspondente ao Departamento de Valdivia (zona dos Huilliche), foram outorgados apenas 53 hectares a 4 pessoas. Essas variações na delimitação dos territórios de radicação sugere, pelo menos, a existência de procedimentos técnicos variados e dotados de uma certa profissionalização.

<sup>21</sup> Traduzido do espanhol sob o intitulado *La Vida en Mediería*.

<sup>22</sup> Embora não foi discutido no espaço deste texto, este ponto é extremamente importante no âmbito de nossa pesquisa geral.

<sup>23</sup> Estamos chamando «cartografia de radicação» àquele material cartográfico surgido nesses processos de territorialização indígena. Trata-se de indagar nas técnicas de representação do espaço usadas pelos agentes envolvidos no processo de identificação e delimitação do espaço.

## Bibliografía

- ALONSO, Ana María. 1994. «The Politics of Space, Time and Substance: State Formation, Nationalism, and Ethnicity». *Annual Reviews Inc.* 23: 379-405.
- ARRUDA, G. 1997. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. da UEL.
- AYLWIN, José 1995. *Estudios sobre Tierras Indígenas de la Araucanía: Antecedentes Histórico-Legislativos (1850-1920)*. Temuco: Instituto de Estudios Indígenas, UFRO.
- BABAROVIC, I., CAMPAÑA, P., DÍAZ, C., DURÁN, E. 1987. *Campesinado mapuche y procesos socioeconómicos regionales*. Ed. GIA. Doc. No 34: Santiago do Chile.
- BOCCARA, Guillaume 1998. *Guerre et Ethnogenèse Mapuche dans le Chili Colonial. L'invention du soi*. L'Harmattan
- BRAND, Antônio. 1997. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese (doutorado em História) não publicada.– RS: PUC/RS: Porto Alegre.
- BRAND, Antônio; FERREIRA, Eva; AZAMBUJA DE ALMEIDA, Fernando. 2007. «O Processo de Demarcação de Terras Indígenas Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul, pelo SPI, e os Conflitos de Terras entre as Décadas de 1910-1940». In *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH)– 15 a 20 de julho, São Leopoldo RS*.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1990. «Os Guarani: índios do Sul – religião, resistência e adaptação». *Estudos Avançados* (4) no.10, São Paulo.
- CORREA FILHO, Virgílio. 1969. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura.
- CENTRO DE ESTUDIOS DE LA ARAUCÁNIA. 1993. *Bibliografía General de la Sociedad y Cultura Mapuche*. Temuco: Universidad de la Frontera-UFRO.
- CONCEIÇÃO, Odaléa da e BIANCHINI, Deniz. 2000. *A Companhia Matte Larangeira e a Ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Editora UFMS.
- FARON, Louis C. 1961. *Mapuche Social Structure. Institutional Reintegration in a Patrilineal Society of Central Chile*. Urbana: The University of Illinois Press.
- GIROTTTO, Renata Lourenço. 2007. *O Serviço de Proteção aos Índios e o Estabelecimento de uma Política Indigenista Republicana junto aos Índios da Reserva de Dourados e Panambizinho na Área da Educação Escolar (1929 a 1968)*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Assis.
- GUEVARA, Tomás. 1908. *Psicología del Pueblo Araucano*. Santiago: Imprenta Cervantes.
- \_\_\_\_\_. 1916 [1906]. «La Mentalidad Araucana». *Anales de la Universidad de Chile*, tomo CXXXIX, 2º Semestre. Santiago: Sociedad Imprenta-Litografía Barcelona.
- GUEVARA, Tomás & MAMQUILEF, Manuel. 2002 [1912]. *Kiñe Mufü Trokiñche ñi Piel. Historias de Familia / Siglo XX*. Santiago: Colibril & Liwen.
- LATCHAM, Ricardo E. 1924. *La Organización Social y las Creencias Religiosas de los Antiguos Araucanos*. Santiago: Imprenta Cervantes.
- MIRAMÁN, Pablo et alli. 2006. *¡Escucha, Winka!, Cuatro Ensayos de Historia Nacional Mapuche*. Santiago: Lom.
- MELIÁ, Bartolomeu. 1981. «El Guarani Reducido» *Christus* (46) 551, pp. 30-36, México.
- MELIÁ, Bartolomeu et alli. 1987. *O Guarani; uma Bibliografía Etnológica*. Santo Ângelo: Fundação Missioneira de Ensino Superior.
- MELIÁ, Bartolomeu; Grunberg, George; Grunberg, Friedl. 1976. *Los Pai-Tavyterã: Etnografía Guarani del Paraguay Contemporáneo*. Asunción: CEA da Universidad Católica.
- MONTEIRO, John M. 2006 [1992]. «Os Guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII». In Cunha, M. C. (Org.), *História dos índios do Brasil*. São Paulo: SMC / Companhia das Letras.
- MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. 2003. *Levantamento Histórico sobre os Índios Guarani Kaiwá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI.
- MURA, Fabio. 2006. *À Procura do «Bom Viver» - Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá*. Tese de Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ: Rio de Janeiro
- \_\_\_\_\_. 2004. «O Tekoha como Categoria Histórica: Elaboraões Culturais e Estratégias Kaiowa na Construção do Território». *Fronteiras: revista de História*. 8 (15): 109-143, Campo Grande.
- OLIVEIRA Fº, João Pacheco de. 1998. «Redimensionando a Questão Indígena no Brasil: Uma Etnografia das Terras Indígenas». In: Oliveira, João Pacheco de (Org.), *Indigenismo e Territorialização*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- PEREIRA, Levi M. 1999. *Parentesco e Organização Social Kaiowá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno*. Tese de doutorado em Antropologia (etnologia). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo – SP.
- \_\_\_\_\_. 2007. «Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais» *Revista História em Reflexão*, Vol. 1 n. 1 – UFGD: Dourados
- PIMENTEL BARBOZA, Genésio. 1923. *Índios Caiuás. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Inspetor Antonio Martins Vianna Estigarribia: sumário de ocorrências,*

*accusações e documentos relativos aos índios do Distrito de Dourados*. Manuscrito. Documentação do Museu do Índio/FUNAI. Rio de Janeiro.

PINTO, Jorge. 2003 [2000]. *De la inclusión a la exclusión. Formación del estado, la nación y el pueblo mapuche*. Santiago: IDEA.

SAAVEDRA, Cornélio. 1870. *Documentos relativos a la ocupación de Arauco*. Santiago: Imprenta La Libertad.

SAAVEDRA, Alejandro. 2005. *Transformaciones en la sociedad mapuche en el siglo XX*. (mimeo)

SCHADEN, Egon. 1974 [1954]. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. 3ª. ed. São Paulo: EPU/EDUSP.

SILVA, José de Melo. 1939. *Fronteiras Guarani*. São Paulo: Imprensa Metodista.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. 1929. *Relatório do auxiliar Genésio Pimentel Barboza referente ao ano de 1927 e encaminhado ao inspetor Antonio Martins Vianna Estigarribia*. (Mf 341 – Fg 1210-1249).

\_\_\_\_\_. 1928. *Relatório do inspetor interino da I.R. 5, Antonio Martins Vianna Estigarribia, encaminhado ao diretor do Serviço de Proteção aos Índios, José Bezerra Calvacante, em 7 fev. 1928*. p. 73-77. (Mf 341 – Fg 1061-1065)

SOLIS, Leonardo Leon. 1991. *Maloqueros y Conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800*. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, Serie Quinto Centenario.

STUHLIK, Milan. 1999 [1976]. *La Vida en Mediería. Mecanismos de Reclutamiento Social entre los Mapuche*. Santiago: Soles ediciones.

TOMAZ DE ALMEIDA, Rubem 2001. *Do Desenvolvimento Comunitário à Mobilização Política: O Projeto Kaiowá-Nandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

TITIEV, Mischa. 1951. *Araucanian Culture in Transition*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

VILLALOBOS, Sergio. 1982. «Tres siglos y medio de vida fronteriza». In Villalobos, S. et alli, *Relaciones fronterizas en la Araucanía*, Santiago: Universidad Católica de Chile.

VILLALOBOS, Sergio & PINTO, Jorge (comp.) 1985. *Araucanía – Temas de Historia Fronteriza*. Temuco: Ediciones Universidad de la Frontera, UFRO.

WATSON, James. 1952. «Cayúa Culture Change: a Study in Acculturation and Methodology». *American Anthropologist*, 54 (2): Washington.

WATSON, Virginia Drew. 1944. «Notas sobre o Sistema de Parentesco dos Índios Cayás» *Sociologia*, 6 (1): 31-48, São Paulo.

WOLF, Eric. 2003a [1984]. «Cultura: Panacéia ou Problema?» In: Feldman-Bianco & Ribeiro (org. e sel.) *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric Wolf*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp.

\_\_\_\_\_. 2003b [2001]. «Trabalho de Campo e Teoria». In: Feldman-Bianco & Ribeiro (org. e sel.) *Antropologia e Poder. Contribuições de Eric Wolf*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unicamp.